



PROCESSO	PROCESSO DE FISCALIZAÇÃO N. 1000021619/2015 PROTOCOLO N. 1005493/2019
INTERESSADO	GABRIELLA ALCALÁ GURJÃO
ASSUNTO	JULGAMENTO, EM PRIMEIRA INSTÂNCIA, DE AUTUAÇÃO LAVRADA EM PROCESSOS DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

DELIBERAÇÃO Nº 442/2020 – (CEP-CAU/MT)

A **COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL – (CEP-CAU/MT)**, reunida ordinariamente de maneira virtual (aplicativo Microsoft Teams), no dia **31 de julho de 2020**, no uso das competências que lhe conferem o art. 96 do Regimento Interno do CAU/MT, após análise do assunto em epígrafe, e

Considerando que o Auto de Infração foi constituído de forma irregular, por desrespeito às regras previstas nos art. 15 e 16, da Resolução CAU/BR nº 22/2012.

Considerando que os atos processuais serão considerados nulos nos seguintes casos, conforme art. 38 da Resolução CAU/BR nº 22/2012 :

- “I – ausência de notificação da pessoa física ou jurídica autuada;
- II – ilegitimidade de parte;
- III – falta de correspondência entre os fatos descritos no auto de infração e os dispositivos legais nele capitulados;**
- IV – ausência ou inadequação de fundamentação legal da decisão de qualquer das instâncias julgadoras que resulte em penalidade à pessoa física ou jurídica autuada;
- V – impedimento ou suspeição de membro de qualquer das instâncias julgadoras, desde que tenha participado da instrução ou julgamento do processo;
- VI – falta de cumprimento de qualquer das demais formalidades previstas em lei.”

Considerando que a extinção do processo ocorrerá quando **qualquer uma das instâncias julgadoras concluir pela inconsistência dos elementos indicativos da infração ou quando houver falha na constituição do processo**; quando for declarada a prescrição do fato que originou o processo; **quando uma das instâncias julgadoras concluir que se exauriu a finalidade do processo ou a execução da decisão se tornar inviável**, inútil ou prejudicada por fato superveniente; ou quando for proferida decisão definitiva, caracterizando trânsito em julgado, devidamente respaldado pelo art. 44 da Resolução CAU/BR nº 22/2012

Considerando o relatório e voto fundamentado do Conselheiro Alessandro Reis.

DELIBEROU:

1. Decidir pelo arquivamento fundamentado do processo n. 1000021619/2015 - protocolo n. 1005493/2019 em nome de GABRIELLA ALCALÁ GURJÃO;



2. Conceder ao autuado prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da comunicação para interposição de recurso, que terá efeito suspensivo ao Plenário do CAU/MT.
3. Transitado em julgado sem que haja interposição de recurso, o CAU/MT realizará a Certidão de Transito em Julgado e extinguirá o processo de fiscalização, arquivando-o permanentemente.

Com **02 votos favoráveis** dos Conselheiros João Antônio Silva Neto e Alexsandro Reis; **00 votos contrários**; **00 abstenções** e **01 ausência do conselheiro** Hendyel Castro Reis.

JOÃO ANTÔNIO SILVA NETO

Coordenador

AUSÊNCIA JUSTIFICADA

HENDYEL CASTRO REIS

Coordenadora Adjunta

ALEXSANDRO REIS

Membro
